



Miscelânea enquanto veneno e remédio da Língua, da Literatura

Reunir textos variados e de autores diversos numa única revista, com a finalidade de compor uma miscelânea em torno dos estudos linguístico e literários, é tarefa tão prazerosa quanto difícil, notadamente, devido à Língua e à Literatura tratadas. Foi preciso estabelecer um eixo: resultado de uma complexa justaposição de formas (modos de expressão) e temas, a literatura aqui presente é aquela que se autopena e dialoga com outras artes e literaturas, a fim de compor um panorama de nossa singularidade literária, diante, por exemplo, seja da “carência de originalidade” com que Sílvio Romero, e sua crítica biográfica, acusava a obra de Machado de Assis, seja da incorporação crítica da nossa desespecialização, como no caso da poesia “geleia geral” de Torquato Neto; por sua vez, a Língua aqui é tratada como que em um mosaico: a partir de peças diferentes, (supostamente) disformes entre si, mas que harmonicamente se juntam na construção de uma imagem. Essa imagem, a da multiplicidade e potencialidade, é o desenho mais fidedigno a responder à indagação já tomada como clássica: o que quer, o que pode esta língua? Muitos já se dedicaram a responder à pergunta que ainda continua viva e nova e, também aqui, outros buscaram respondê-la; entretanto, tais respostas só puderam confirmar nossa impressão de que tantas línguas há como há vidas em português.

Essa literatura espectadora aflita de si mesma percorre autores, obras e críticos aqui reunidos. Logo, a miscelânea é encarada enquanto doença, problema, questão, amálgama, portanto, veneno; mas também remédio. Desse modo, cada um dos escritores aqui comentados nos leva a repensar os procedimentos literários acionados pela literatura nacional. Esses escritores compõem a miscelânea em que se engendra a arte literária brasileira. A seu tempo, os estudos linguísticos aqui reunidos versam sobre temas distantes cronológica, metodológica e teoricamente.

Em ensaio de 1873, o bruxo do Cosme Velho discutia nosso “instinto de nacionalidade”, levado ao paroxismo na proposta antropofágica de nossos modernistas, especialmente Oswald de Andrade. Coube a Lúcia Miguel Pereira, em 1936, lançar luz sobre a biografia do autor de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, livro escrito por um leitor de Dostoiévski, de Tchékhov e das tradições de Gonçalves Dias, Porto-Alegre e Magalhães: “Estamos em plena década de 1930,



momento em que a crítica literária brasileira ainda não havia se rendido ao imanentismo do *New Criticism* norte-americano nem ao Estruturalismo francês e via com muita naturalidade a explicação da obra a partir de traços biográficos e temperamentais do autor”, escreve Agnes Rissardo no artigo que compõe este número 58 revista da *Matraga*.

Que outro modo de fazer justiça à obra de Machado – que, para Antonio Candido “já não era mais o ‘ironista ameno’, o elegante burilador de sentenças, da convenção acadêmica; era o criador de um mundo paradoxal, o experimentador, o desolado cronista do absurdo” (CANDIDO, 1977, p. 20-21) –, do que transcriando seu estilo e, concomitantemente, passar em revista as teorias sobre “escritas de si”? É o que faz Silviano Santiago no híbrido de romance, ensaio e biografia *Machado* (2016): “Seria a genialidade na arte uma forma de superação da doença? Seriam os artistas vitimados por doenças, tais como a hanseníase (lepra) e a epilepsia – casos de Aleijadinho, Flaubert e Machado –, mais brilhantes, admiráveis ou mesmo inigualáveis em relação aos artistas saudáveis?”, pergunta-se Rissardo. E responde: “Se não há evidências científicas de que a melancolia e doenças, como a epilepsia e a hanseníase, estejam intimamente ligadas à criação e à genialidade artísticas, não há, por outro lado, um impeditivo para que um autor como Silviano Santiago possa fazer uso dessa associação em seu ensaio/romance. Afinal, é de uma prosa de ficção que estamos falando”.

Em que medida essa doença-da-originalidade, ou seja, a nossa desespecialização responde à definição do que seja o corpo miscelânico (doente?) da literatura (chamada de) brasileira? Perguntamo-nos. “A beleza artística é uma forma arrogante e salutar da doença que devasta o ser humano. O corpo enfermo sobre-excede a si pelo objeto que ele modela de modo insano e torna sublime”, escreve Silviano (2016, p. 32).

Se para Machado de Assis, “o que se deve exigir do escritor antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço” (ASSIS, 1978, p. 804), como desenvolver isso no plano da forma, da representação da língua e, ao mesmo tempo dar conta da linguagem? Parece ter sido esse o engenho de João Guimarães Rosa.

O texto de Daniel Cavalcanti Atroch, tendo como foco três personagens de *Grande sertão: veredas*, cujos destinos são indissociáveis no romance, Riobaldo, Hermógenes e Diadorim, entra nesta *Miscelânea*, a fim de, investigando “pelo viés simbólico-metafísico, abordando os aspectos transregionais, enigmáticos e mesmo surreais” do livro roseano, apontar a cultura e o contexto em que a obra se realiza. Esse espelhamento entre texto e contexto reforça o instinto de nacionalidade, agora pelo mergulho no “Brasil profundo”, até então apenas roçado em nossa literatura dita “regionalista”.

Rosa inventa uma linguagem própria, brasileira, para plasmar o país e uma gente singular, de “destino fechado”, mas de origem múltipla, com seus mitos, pactos e encantamentos. Assim como em *Memórias póstumas de Brás Cubas* ou em *Machado*, de Silviano Santiago, também em Rosa temos um narrador que lembra e ao lembrar se desentende. Para Atroch, “o pacto com o diabo é o ponto máximo de inflexão da narrativa, no entanto, ele é a culminância de uma série de outros pactos firmados ou impostos ao longo do livro, que enredam e desenredam os destinos de Riobaldo, Diadorim e Hermógenes”.



Diadorim é a “neblina” de Riobaldo, assim como a reivindicação da autoria / autor num país de apropriações e reescritas é a questão para os narradores de Machado e Guimarães. Expressões do diabo no romance, o mulato da infância de Riobaldo e o Hermógenes indiciam aquilo que deve ser negado: a mestiçagem e o homoerotismo; “Riobaldo permite apenas a expressão do caráter fraterno de sua afetividade (não sem esforço). Mas, a sombra, o duplo escuro e ‘abraçado’ dos dois trai o desejo escuso (no contexto sertanejo) que os une”, anota Atroch. Essa luta entre o desejo e o interdito do macho mimetiza a macheza recalcada de um país que se quer moderno, mas que se mantém ainda assassino de subjetividades divergentes da norma. Em sua odisseia e na tentativa de comunicar-se com o outro, Riobaldo encarna a incerteza, porque aberto à invenção de si. O mulato que nos diga, pois “o mulato encontra-se do outro lado da travessia, como o vilão traidor, oculto nos limites do sertão baiano, e quer ‘safadezas’ com Diadorim, sofrendo uma cutilada na perna em retaliação, golpe desferido pelo Menino como bote de cobra”, escreve Atroch. Miasmas coloniais recalcados se revelam novamente sob a máscara do “vilão traidor” nacional.

Se, como registra Daniel, “o redemoinho representa a implicação de um destino no outro, o enlace de duas vias que se misturam como os ventos e acabam trocadas de lugar”, o redemoinho do romance roseano não representa a miscelânea de significantes e desejos que dão sustentação à nossa cultura? O texto ensaia responder a essa questão, tomando o deus bifronte, Janus, como mote para concluir que “eventos do passado espelham / explicam eventos do futuro, perspectiva expressa com justeza pela dupla face do deus, que fixa os dois segmentos temporais ao mesmo tempo”. Mistura, memória, miscelânea.

É também do manejo dos mitemas ditos “regionais” que se alimenta a obra de Ariano Suassuna. Esse autor também investe nessa diversidade “interior”, local, porque radicalmente universal. Mitos aclimatados, devorados e recriados traduzem o Brasil de Suassuna. O sertão novamente revisitado e re-criado, agora sob novas perspectivizações. Assim como em Rosa, em Suassuna o componente da oralidade tem centralidade: “Só atendemos ao mundo orecular”, escreveu Oswald de Andrade, atento à educação sentimental dos brasileiros, à gaia ciência transmitida oralmente e difundida pelos meios de reprodução técnica, especialmente o rádio. Tanto Rosa quanto Suassuna parecem criar narradores que enfrentam o “horror mítico do esclarecimento”, no sentido adorniano da expressão. Se “no trajeto da mitologia à logística, o pensamento perdeu o elemento da reflexão sobre si mesmo, e hoje a maquinaria mutila os homens mesmo quando os alimenta” (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p. 42), Rosa e Suassuna investem na tecnologia primordial: o ouvido.

Para os frankfurtianos, “Ulisses reconhece a superioridade arcaica da canção deixando-se, tecnicamente esclarecido, amarrar. Ele se inclina à canção do prazer e frustra-a como frustra a morte” (idem, p. 57). É tencionando tais reflexões que Rosana Malafaia investiga no texto que compõe esse número 58 da revista *Matraga* o escritor Ariano Suassuna enquanto médium das Sereias e/ou das Musas, já que assentado no entrelugar do livro e do canto, fazendo de sua obra “um território no qual o poeta ‘traduziu’ e mostrou a potência da cultura/arte popular para uma sociedade burguesa/letrada”, como anota Rosana, para quem “Suassuna busca a sua entidade musal nas suas memórias de infância com seu pai e seu afeto pelo sertão”. Surge novamente o termo “memória” no mesmo plano semântico de literatura.

Analisando os poemas “O Nascimento”, “Lápide” e “A moça Caetana”, Malafaia observa que “a voz narrativa das sereias se assemelha, na contemporaneidade, às vozes silenciadas de tantos poetas e poetisas populares, dentre eles a dos cantadores e cantadoras da literatura de cordel”. As considerações são realizadas tomando como base a voz do autor registrada no CD *A poesia viva de Ariano Suassuna* (1998): “A morte é uma mulher, uma divindade ao mesmo tempo terrificante e acolhedora, uma moça que, inclusive, tem nome e se chama Caetana”, declama o escritor-aedo. Note-se: “mulher” e “morte” no mesmo plano semântico, no canto desse universo sertanejo que se mostra como uma entidade musal para Suassuna.

Se, como escreve Rosana, “no fazer poético/literário de Ariano Suassuna é nítida a construção mítica do sertão nordestino e o diálogo proposto pelo autor entre artes eruditas e artes populares”, a Tropicália, a seu modo, também tratou de potencializar a mistura dessas artes e teve em Torquato Neto o aedo tradutor. Tecnicamente esclarecido, o poeta amarrou-se ao Brasil para melhor ouvi-lo e reencantá-lo. A lírica torquatiana engendrou o procedimento preciso ao contexto, a fim de superar o otimismo patriótico, adotando certo pessimismo afirmativo, base da negatividade tropicalista, para que o desmascaramento social e a multiplicidade de dicções e tensões impulsionassem mudanças profundas na motivação de ser brasileiro.

Ramon Ramos registra em seu texto da *Matraga* que Torquato “faz uso do desencaixe em seus textos como espelho do entrelugar que ocupa biograficamente no movimento Tropicalista de que participou com Caetano Veloso, Gilberto Gil, Capinam e outros”. Na esteira da dicção de Catulo da Paixão Cearense, Orestes Barbosa, Manuel Bandeira, Vinicius de Moraes, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Paulo Leminski, Waly Salomão, Antonio Cícero, Arnaldo Antunes, entre outros, Torquato Neto tencionou linguagem estandardizada, engajamento ético e vida urbano-industrial. Daí que limitar-se ao gosto concebido pela Academia grafocêntrica não faz mais sentido. Quem vem primeiro: o poema de livro ou a letra de canção? Pouco importa: “Poesia. Acredite na poesia e viva. E viva ela. Morra por ela se você se liga, mas, por favor, não traia. O poeta que trai sua poesia é um infeliz completo e morto. Resista, criatura” (NETO, 2017, p. 177).

Sujeito da contracultura, “ter essa visão de mundo ameaçada pelo sistema ditatorial implantado no Brasil com o Golpe de 64 e intensificado pós-AI-5 foi algo que aumentou a fragilidade, minando um tanto da força de sustentação do poeta”, anota Ramon Ramos, que, investigando os biografemas de Torquato, observa que

o suicídio, enquanto forma definitiva, costuma capturar o tom da biografia dos indivíduos que o cometem, contaminando com excessiva dramaticidade mesmo atitudes aparentemente irrelevantes. É compreensível que seja assim. Porque a forma final do tirar a própria vida não é o suicídio por inteiro. Ainda é preciso inventá-lo.

Para Ramos, na obra de Torquato, esse piauiense abrigado na cidade de Machado de Assis, e, por extensão, na canção tropicalista, “vemos um Brasil posto entre Frank Sinatra (influência externa) e Bumba Meu Boi (cultura interna), Bahia (porto de entrada) e o morro da Mangueira (samba raiz), Gonçalves Dias (que fala a partir do exílio e idealiza a *terra brasilis*) e Oswald de Andrade (que ironiza a narrativa do passado).”

Na poética de Torquato dançam Machado (de Assis, de Silviano), Augusto dos Anjos (de Campos), Oswald, Rosa, Suassuna, ao som de Hendrix. Biografia e invenção; lírica e sociedade são pares elaborados pelo poeta: “A poesia de Torquato Neto sugere um vidro fumê que divide o *eu* que vê e a vida correndo ao lado de fora – esta sempre vista em um tom abaixo de sua paleta de cor original”, conclui Ramos.

É nesse sentido que interessa à miscelânea o olhar para o entorno que Claudia Sampaio lança ao apresentar “a presença de um controle do imaginário no Ocidente, especialmente na América Latina, e na busca por pensá-lo a partir da literatura e das relações culturais no âmbito latino-americano”. A obra surrealista e anarquista de Remedios Varo, em destaque a pintura, *Bordando el manto terrestre* (1961), aponta procedimentos adotados para romper o controle, o silenciamento imposto contra dissidentes dos regimes. Se “nos tempos modernos a imaginação foi submetida a um minucioso escrutínio da razão” (COSTA LIMA, 1991, p. 72) e “a razão pura se tornara uma razão instrumental” (idem, p. 70), o trabalho artístico de mulheres latino-americanas compõe um coro (por vezes) silencioso de vozes contrariadas e contrárias. Coro é miscelânia, “multiplicidade descontínua de dicções, materiais, imagens que se desdobram, que se contrariam mutuamente e potencializam a tensão” (SUSSEKIND, 2022, p. 129).

Nesse contexto, “lo femenino y lo extranjero, condiciones que, justo pensando a partir de los desplazamientos en el tiempo y en el espacio, nos llevan a la Malinche, Malintzin, o doña Marina, figura extraordinaria y fundamental para la historia y para la cultura de México y para quienes nos interesamos por el lenguaje, el discurso, la traducción y sus capacidades de escribir y reescribir las historias de la humanidad”, escreve Claudia. Os elos com a obra de Remedios Varo estão no foco do texto, da textura, da miscelânea que rompe fronteiras territoriais, impondo solidariedades impessadas na chave do “nacional”, pois percebemos que essas fraturas não se restringem à situação brasileira. Para Claudia, “La española Remedios Varo fue una viajera, aunque por fuerza de las circunstancias, que la llevaron de España a París, luego a México y a Venezuela. La deriva física entre los países se contraponía al lugar interno de lo imaginario, lo desconocido, en el que ella se sentía segura”.

O tecido antropofágico de subjetividades e identidades, tão caro às culturas das ex-colônias europeias emerge como questão central, via voz de mulher. Lembremos que no tempo recriado por Suassuna, “a morte é uma mulher, uma divindade ao mesmo tempo terrificante e acolhedora, uma moça que, inclusive, tem nome e se chama Caetana”. Este cruzamento, esta fricção devolve-nos à potência da língua e da linguagem em suspeição durante anos de exploração, individual, no caso da mulher, e coletiva, no caso do território. Claudia chama atenção para “los movimientos feministas que despuntaron en México en este siglo XXI” e destaca “la ocupación de la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad Nacional Autónoma de México en 2019 por las Mujeres Organizadas (MOFFyL)”, a fim de mapear a circularidade e a permanência dos gestos de resistencia: “La interrelación entre el texto escrito y el lenguaje pictórico genera una sinergia que amplía la percepción del sentido” (...). Es ella misma una forma del tejer de Remedios Varo que, pienso, se vuelve aún más compleja al involucrar a su espectador/a, lector/a en su “juego poético”, expresión recurrente entre las críticas y críticos que escribieron sobre su obra”, conclui Sampaio.



Ainda a fim de driblar a censura imposta pela ditadura militar que governou o Brasil de 1964 a 1985, ou seja, o controle moderno do imaginário, certos malabarismos semânticos e formais foram necessários. A crônica deslizou dos jornais para o corpo, para a voz desses artistas intelectuais críticos da situação do estado de coisas no Brasil. Para Victoria Saramago, concentrada em duas obras, a saber, o romance *As meninas* (1973), de Lygia Fagundes Telles, e o filme *Matou a família e foi ao cinema* (1969), de Júlio Bressane,

embora a tortura por eletrochoque consuma uma quantidade relativamente pequena de energia, seja a proveniente de aparelhos elétricos ou gerada manualmente por manivelas, a representação da eletricidade como algo necessariamente excessivo constitui uma das formas mais paradigmáticas pelas quais sua presença se torna simbolicamente visível na produção cultural do Antropoceno na segunda metade do século XX.

A conhecida relação entre literatura e cinema, palavra e imagem, interpretação e representação retorna para dar conta de apresentar a realidade fraturada:

Câmaras de tortura na literatura e no cinema, mais do que representar de modo convincente a aparência de tais espaços na realidade, servem ao propósito estratégico de permitir que o foco narrativo se concentre por completo no fato da tortura e em seus efeitos sobre o corpo torturado.

Escreve então Victoria, interessada na “des-ambientação da câmara de tortura como meio de expressar a perda de mundo do prisioneiro”. Seja na sobreposição problemática de gênero e política no romance *As meninas*, seja na afirmação do ceticismo e da desilusão no filme *Matou a família e foi ao cinema*, o uso do eletrochoque sublinha o “colapso linguístico” da pessoa torturada. Saramago conclui que

em um momento em que os eletrodomésticos adentravam os espaços domésticos dos romances e dos filmes e as guitarras elétricas povoavam sua paisagem sonora, os repetidos encontros com o eletrochoque, ainda pouco visíveis, mas constantemente a ponto de vir à tona, demonstram outra faceta de como o fornecimento de energia era explorado narrativamente no período.

Essas características interessam tanto aos brasilianistas, por exemplo Charles Perrone, que em depoimento a este número de *Matraga* fala em “canto e espanto” diante das artes brasileira e latino-americana, assim como as professoras referências, como Leda Maria Martins, que em livro resenhado por Leonardo Soares, analisa nossa essência miscelânica tomando como base “as divindades, a natureza cósmica, a fauna, a flora, os elementos físicos, os mortos, os vivos e os que ainda vão nascer, concebidos como anéis de uma complementaridade necessária, em contínuo processo de transformação e de devir” (MARTINS, 2021, p. 203). Miscelânea: fazer as palavras dançarem, misturar veneno e remédio, local e universal, instinto e crítica.

E por falar em brasilianistas, não podemos deixar de citar nossos entrevistados da edição: Charles Perrone e Šárka Grauová. Dois brasilianistas de altíssima excelência, referências internacionais, nossos convidados discutiram conosco suas impressões sobre Brasil, brasilidade e brasilianistas. A conversa a quatro vozes, em tom fora do usual, girou em torno de uma provocação feita aos dois: a de dialogar com os editores sobre suas trajetórias de vida e de pesquisa,

perpassadas multilateralmente pelo Brasil, sua língua, literatura e cultura. O resultado foi uma miscelânea que oscilou entre o canto e a tradução, entre a história mundial e a história particular, entre o universal e o particular, passando por Machado de Assis e Chico Buarque, por Guimarães Rosa e Caetano; por, enfim, meandros e caminhos tão vastos como a qualidade e a quantidade da contribuição dos dois entrevistados.

Ainda nessa mistura de local e universal, os artigos dedicados aos estudos linguísticos desta edição 58 da Revista *Matraga* reafirmam que não há forma de conceber a pluralidade da língua se não dentro dessa perspectiva: múltipla, multifacetada, com nuances mil e tantos caminhos.

O primeiro desses caminhos começa a ser discutido a partir do texto de Martina Delfino, Luciane Boganika e Davi Albuquerque, ocasião em que discutem o Plano de Ação da Praia, documento elaborado pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a CPLP¹, a responsável pela “gestão” internacional da língua portuguesa no mundo.

A importância desse texto em nossa miscelânea se dá por dois motivos principais: o primeiro deles é o papel fundamental da CPLP na promoção internacional da língua portuguesa. A entidade é a instância internacional responsável por fazer uma espécie de gestão compartilhada da língua portuguesa no mundo, atuando em nível supranacional para, com apoio e anuência dos países da comunidade lusófona, estabelecer metas, ações e pressupostos para a difusão desta língua no mundo. O segundo motivo, portanto, decorre do primeiro: no exercício de sua missão institucional, a CPLP elaborou em 2021 mais um de seus Planos de Ação para a Promoção, Difusão e Projeção da Língua Portuguesa. Trata-se de seu quarto documento no mesmo sentido, continuando as iniciativas de Brasília (2010), Lisboa (2014) e Díli (2017).

Ainda sobre os Planos de Ação, vale recordar que são documentos de políticas linguísticas cuja proposta de projeção da língua se dá no âmbito do mundo globalizado, buscando ações e planejamentos por meio dos quais essa língua passaria a ter maior destaque nas variadas sociedades do século XXI; com isso, portanto, passariam a ter maior relevância (geo)política, simbólica, cultural e econômica, dentre outras. Como consequência imediata disso, naturalmente, essa maior relevância nos pontos que mencionamos faria com que os próprios países tivessem assegurada uma maior relevância de si próprios. Um caminho longo, imbricado de desvios, mas que é já trilhado com certa constância – haja vista a quantidade de iniciativas da CPLP nesse sentido. Bem, coube aos três autores do artigo o debate da questão.

Como uma outra face dessa mesma dimensão de internacionalização da língua portuguesa, o trabalho de Leilane Oliveira vem discutir uma iniciativa própria do Brasil nesse sentido: o Programa Leitorado para Instituição Universitária Estrangeira – ou, como é comumente chamado, “Leitorado”. No trabalho, a autora apresenta dados advindos de ex-leitores que passaram pelo processo de ensinar a língua portuguesa no exterior, mostrando como essas trajetórias são divididas em duas dimensões aparentemente incomunicáveis: a oficial, na qual tecem elogios ao programa, indicam como ele foi importante para a formação pessoal, profissional e pedagógico-cultural dos docentes; e a extraoficial, na qual apontam problemas, dificuldades, empecilhos e demais atribulações no exercício da atividade. Há, assim, um fio

¹ Disponível em: <<https://www.cplp.org/>>. Acesso em: 30/11/22.

condutor que liga os dois trabalhos, sendo como que duas cabeças de uma mesma quimera: a da internacionalização da língua portuguesa, das políticas linguísticas, das ações em prol da difusão das línguas e do papel da língua portuguesa no mundo. É a compreensão de nossa língua como sendo, conforme diz Alencar (2013, p. 7), uma língua cuja pátria não tem fronteiras, parafraseando e retomando Fernando Pessoa e Caetano Veloso; de a língua como tendo uma nova presença internacional (MEYER, 2015) e sendo, de fato, uma língua internacional (RAJAGOPALAN, 2018).

O trabalho de Leilane Oliveira toma como perspectiva teórico-metodológica a semiolinguística, ponto em que iniciamos a aproximação com o trabalho de Amanda Heiderich Marchon, Carlos Eduardo Nunes Garcia e Welton Pereira e Silva. Os três são aqui os autores de “Multimodal argumentation: association of words and images in the construction of the argumentative dimension of discourse”. O texto, em tom interdisciplinar, quase transdisciplinar, aborda as relações entre o discurso, a argumentação, o texto e a imagem. Nas palavras dos autores,

considerando que o discurso emerge da complexidade multissemiótica que caracteriza a linguagem e, por isso, envolve diferentes dimensões no estudo do discurso materializado em textos, neste artigo (re)formulamos algumas reflexões sobre a associação entre palavra e imagem como estratégia de argumentação.

A tradução é nossa, mas a perspectiva teórica é deles; o mérito da proposta, portanto, também. Uma proposta que, diga-se, tem inegável tom de ineditismo.

Bem, aqui cabe retornarmos a um ponto importante de nossa edição: ela é um estudo em miscelânea, com tudo o que o conceito comporta. Assim, fazendo jus à essa ideia e colaborando para aquele mosaico de que já falamos, selecionamos o texto de Lécio Barbosa de Assis, Jorge Augusto Alves da Silva e Vera Pacheco e, a partir dele, fazemos um retorno ao passado, a nossas raízes e história(s). Como uma testemunha silenciosa – será mesmo silenciosa? – de nossa língua, cultura, religião, tradições e costumes, o texto nos faz mergulhar no Sertão do Rio São Francisco, para recuperar vestígios e tesouros. O artigo vai analisar assentos de casamento de duas freguesias dessa região, investigando o percurso sócio-histórico do gênero em si, tomado como uma prática discursiva que diz – mas não era silencioso? –, diacronicamente, de sua época. É uma proposta em chave que envolve a Filologia, a Crítica Textual, a História e o estudo dos Gêneros do Discurso. Trabalho robusto, o texto certamente extrapola a área de estudos linguísticos e se abre como um “rio” de oportunidades para áreas correlatas.

Ainda assim, especificamente na perspectiva da análise da língua é, também, um estudo que conta costumes da nossa história, da religiosidade da época e das escolhas linguístico-culturais. É a compreensão da língua em sua dimensão histórico-cultural, uma dimensão também privilegiada pelos Planos de Ação da CPLP e por trabalhos, como os de Meyer e Albuquerque (2013) ou de Alencar (2013), aqui já referenciados. Uma perspectiva que, em certo sentido, também pode ser vista no trabalho de Marchon, Garcia e Silva, quando de suas análises imagéticas. Não deixa de ser curioso perceber as muitas idas e vindas entre os textos.

Nessas idas e vindas entre séculos, lugares, teorias e metodologias, nossa edição vai adentrar em duas frentes: temporalmente, na história do Brasil e de seus povos originários; territorialmente, no interior do norte do Brasil. Essa viagem é feita a partir da proposta de Antônio Alves Pereira de investigar a incorporação nominal em Asuriní do Xingu, uma língua do tronco Tupí-Guaraní falada às margens do Rio Xingu, no Pará. No texto, a autora discute aspectos tradicionais da incorporação nominal em diferentes línguas, expondo longamente a teoria sobre aspectos tipológicos, especificando na sequência para a análise da incorporação nominal em Asuriní do Xingu; mais do que isso, a autora ainda situa seu trabalho em relação ao mesmo fenômeno nas línguas de seu tronco originário. Termina a autora mostrando como a incorporação nominal pode refletir em diferentes planos da língua, como o da significação e o das relações morfossintáticas. O trabalho, realizado pela pesquisadora *in loco*, é certamente outra dessas contribuições que se abre para além dos estudos linguísticos, sendo de interesse de antropólogos, sociólogos, arqueólogos e historiadores, por exemplo. Como se vê, uma proposta perfeitamente inter/multi/transdisciplinar.

Completando a seção de estudos linguísticos da *Miscelânea*, o trabalho de Thyago José da Cruz, em que o autor traça um estudo sobre a estruturação (macro e micro) e a caracterização de dicionários ideológicos, situando-os em relação aos já consagrados dicionários analógicos. Para sua proposta, Cruz toma como *corpus* dois dicionários analógicos, um de 1852 e outro de 2010, um de inglês e outro, de português. A compreensão do autor ao fim de sua pesquisa é a de que os dicionários, embora caracterizados como analógicos, estão mais próximos daquilo que pode ser considerado como um dicionário ideológico. Ao abordar aspectos da onomasiologia, da lexicografia e da metalexicografia, tomando *corpus* de diferentes séculos, o texto de Cruz é mais um que se abre em possibilidades para pesquisadores de diferentes áreas.

Por fim, temos a resenha de Márcia da Gama Silva Felipe sobre o livro de Jordana Lenhardt “Quando o crime está no uso da língua”. A obra, publicada em 2022 pela Editora Pontes, trata de uma recente e em expansão área da Linguística: a Linguística Forense. Em uma proposta inovadora, articulando linguagem, tecnologia e direito, Jordana apresenta um arcabouço teórico-metodológico para, tendo como base a Análise Crítica do Discurso Jurídico, analisar sentenças judiciais e demonstrar como o discurso pode conter múltiplas camadas de significação e dizer mais do que realmente diz; é quando a autora chega ao conceito de “criminalização de discursos”, fundamento de seu livro – que foi, também, sua pesquisa de doutorado desenvolvida em nossa UERJ. Seria desnecessário dizer o quanto essa é mais uma proposta que se abre para além dos estudos linguísticos.

Bem, ao final desse percurso nossos leitores podem perceber o árduo trabalho que tivemos para selecionar os textos desta edição em miscelânea. Tendo recebido pouco mais de uma centena de contribuições – todas muito boas! –, chegar àquelas aqui apresentadas foi uma tarefa que só não se tornou extenuante porque pudemos saborear o frescor do percurso; se, por um lado, deixar tantos textos bons de fora desta miscelânea foi um veneno, poder escolher e selecionar foi nosso remédio. Que nossos leitores também possam desfrutar de tudo isso.

Jefferson Evaristo e Leonardo Davino de Oliveira



REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor & HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Trad. Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- ASSIS, Machado de. Instinto de nacionalidade. In: **Crítica**. Rio de Janeiro: Aguilar, 1978.
- ALENCAR, Ricardo Borges. Língua: a pátria sem fronteiras. In: MEYER, Rosa Marina de Brito; ALBUQUERQUE, Adriana. **Português para estrangeiros: questões interculturais**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2013.
- CANDIDO, Antonio. Esquema de Machado de Assis. In: CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977.
- COSTA LIMA, Luiz. Antropofagia e controle do imaginário. In: **Revista Abralic**, 1991. Disponível em: <<https://revista.abralic.org.br/index.php/revista/article/view/7>>. Acesso em 14 de novembro de 2022.
- MARTINS, Leda Maria. **Performances do tempo espiralar: poéticas do corpo-tela**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021b. (Encruzilhada).
- MEYER, Rosa Marina de Brito. A nova presença internacional da língua portuguesa. In: MEYER, Rosa Marina de Brito; ALBUQUERQUE, Adriana. **Português: uma Língua Internacional**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2015.
- MEYER, Rosa Marina de Brito; ALBUQUERQUE, Adriana. **Português para estrangeiros: questões interculturais**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2013.
- NETO, Torquato. **Torquato Neto: essencial**. Org. Ítalo Moriconi. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- RAJAGOPALAN, Kanavillil. Português Língua Internacional. In: RIBEIRO, Alexandre do Amaral. **Português do Brasil para estrangeiros: políticas, formação, descrição**. Campinas/SP: Pontes Editores, 2018.
- ROMERO, Sílvio. **Machado de Assis. Estudo comparativo de Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Laemmert & C., 1897.
- ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2001.
- SALOMÃO, Waly. Poetas e compositores expõem as diferenças entre o poema e a canção. In: **Revista Contínente Multicultural**. Recife: CEPE, 2001.
- SANTIAGO, Silviano. **Machado** (romance). São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- SUSSEKIND, Flora. **Coros, contrários, massa**. Recife-PE: Cepe, 2022.